

RELATÓRIO DA 7ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DE MAFRA

DA CONFERÊNCIA

A conferência iniciou as 7:15hs da manhã do dia 29 de abril de 2025 com recepção e credenciamento dos participantes.

Em seguida foi iniciada abertura da Conferência pela presidente do Conselho Superior Sra. Crisley Maria Fuchs Valério, ato contínuo a formação da mesa de autoridades composta pelo Prefeito Sr. Emerson Maas, vice-prefeito Sr. Carlos Nitz, prefeito de Rio Negro Sr. Alessandro Cristian Von Linsingen, presidente da Câmara de Vereadores, Sr. José Marcos Witt e Presidente do Conselho Superior Sra. Crisley Maria Fuchs Valério.

Em respeito ao protocolo de solenidades foi executado o hino nacional logo após foi dado breve palavra para os componentes da mesa.

A conferência seguiu com a leitura do Regimento Interno e aprovação da plenária

Em seguida, o Secretário de Administração, o Sr. Adriano José Marciniak fez uma apresentação sobre o tema: Estruturação do projeto *Cidade Inteligente* para o Município de Mafra - SC.

Na sequência, a Sra. Luana Luana Cechin: Engenheira Civil formada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestrado e Doutorado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Professora da Universidade do Contestado, no curso de Engenharia Civil, campus Mafra, e Coordenadora e Professora do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia Civil, Sanitária e Ambiental - PMPECSA da Universidade do Contestado campus Concórdia e Mafra. Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Rio Negro e Mafra, fez explanação sobre o Tema Central da Conferência “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social.”

Os eixos temáticos com apresentação de dados sobre as políticas públicas urbanas foram apresentadas pelos servidores do Município, Sra Valéria Grossl Mendes da Silva, Débora Kalow Schossig-Arquiteta e Rafael Rumor da Defesa Civil apresentando os dados que segue:

Passaram-se mais de 09 anos desde a última Conferência Municipal das Cidades e, assim como os demais Municípios, Mafra mudou, acumulando aprendizados e novos desafios.

https://mafra.sc.gov.br/noticia-363198

O objetivo deste material é fornecer elementos para a discussão e elaboração de propostas para enfrentar os problemas centrais que atingem nossa Cidade, Estado e País.

As propostas serão encaminhadas e consolidadas na conferência estadual e conferência nacional.

Para identificar e enfrentar esses desafios, torna-se necessária a construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) que induza a redução das desigualdades socioespaciais, complementando o Estatuto da Cidade no sentido da promoção da reforma urbana. É uma Política que precisa se adequar à diversidade de municípios e ser capaz de repensar como viver melhor na nossa cidade.

1. O QUE É A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PNDU)?

A PNDU pode ser definida como um conjunto de ações implementadas e promovidas pelo governo no campo do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento urbano é definido pelo planejamento, gestão, transformação e preservação de cidades justas, democráticas e sustentáveis, para garantir o bem-estar e atender às necessidades da população.

A PNDU busca promover transformações urbanísticas estruturais e políticas de urbanização orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade. Para isso, a política de desenvolvimento urbano deve promover a criação, gestão, renovação e preservação de áreas urbanas, por meio das políticas setoriais integradas, incluindo infraestruturas, serviços públicos, moradia, transportes, saneamento, áreas verdes e espaços públicos.

A Política deve ser implementada por todos os entes da federação, na perspectiva de criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que integre e articule as ações no âmbito dos municípios, Estados, Distrito Federal e União.

Atualmente, a Política Nacional se encontra fragmentada do ponto de vista das leis, dos programas e das ações públicas. Mas o que falta para que a política urbana seja capaz de gerar o desenvolvimento com sustentabilidade, entendendo que isso exige, no caso do Brasil, uma efetiva redução das desigualdades?

Se, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI a política urbana começou a ser regulamentada, com a aprovação do Estatuto da Cidade e de marcos nacionais sobre os principais setores urbanos (habitação, saneamento e mobilidade) e sobre desenvolvimento na escala metropolitana e regional (Estatuto da Metrópole e Política Nacional de Desenvolvimento Regional), agora o desafio é implementar estes dispositivos e, ao mesmo tempo, articular os temas urbanos no território, integrando-os a questões contemporâneas:

- Mudança climática:

- Transformação digital:

- Transformação demográfica:

- Equidade e justiça socioterritorial:

- Espaços públicos inclusivos:

- Desenvolvimento econômico com justiça social:

- Mobilidade sustentável:

- Saneamento ambiental, garantindo a universalização do saneamento básico de qualidade:

- Moradia digna:

A PNDU deve promover a aplicação dos instrumentos que visam à realização da função social da cidade e da propriedade, previstos no Estatuto da Cidade, de forma a combater a apropriação privada dos investimentos públicos na produção da cidade e promover a justiça socioterritorial.

Diretrizes Gerais da PNDU

O desenvolvimento urbano se concretiza de forma sustentável quando a ocupação urbana privilegia o bem comum, de forma a reduzir as desigualdades socioespaciais. Nessa perspectiva, a PNDU deve adotar as seguintes diretrizes:

- **Reconhecimento das dimensões de gênero, raça, etnia e culturas nos territórios**.

- **Integração intersetorial** das ações de urbanização (infraestrutura), de adaptação e mitigação e de gestão do risco, das intervenções ambientais e sanitárias, de melhorias habitacionais, de provisão e qualificação de serviços de transporte, e dos programas sociais;

- **Articulação entre o planejamento, o financiamento e a execução de obras** de urbanização com as intervenções de macrodrenagem e de mobilidade;

-**Promoção de intervenções de forma articulada no território**, com participação ampla e controle social, construídas a partir de diagnósticos realizados em cogestão e constituindo processos que permaneçam para além das etapas de obras; e

- **Integração das políticas** federais mediante a criação de instância interministerial de políticas públicas a partir dos territórios periféricos.

Para desenvolver a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é necessário implementar O SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O Sistema deve organizar a lógica da governança das políticas urbanas, instituindo CONSELHO-PLANO-FUNDO de forma a cristalizar o modelo de participação e do controle social atualmente vigentes, além de buscar novas propostas que contribuam para sua efetivação.

O SNDU deve fortalecer o ConCidades e as instâncias de participação da sociedade, sendo formalizado em lei. Nesse sentido, a própria lei que instituirá a PNDU pode ter o SNDU como um de seus instrumentos.

As discussões no ciclo de conferências de 2024 devem evoluir no sentido de ratificar e atualizar as disposições do Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, trazendo novas propostas para a construção do SNDU.

O SNDU deve ser estruturado nas várias esferas da Federação e contar com instâncias de representação do poder público e da sociedade civil. Essas instâncias devem ser descentralizadas, permanentes, consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, conforme suas atribuições.

2. A CIDADE QUE TEMOS: DESENVOLVIMENTO URBANO DE MAFRA

https://drive.google.com/file/d/1Ak2j63yW7OhmhKKiAWDcvjcUTgmPAu_n/view?usp=drivesdk

Vídeo da Cidade de Mafra

1) **Diversidade de tamanho: (Vídeo)**

Mafra possui em seu território uma área de 1.404,084km², que representa 1,47% da área total do estado, sendo o 4º maior município em extensão territorial de Santa Catarina. Possui uma área urbana de 63,49km².

A rede de cidades brasileiras envolve municípios pequenos, médios e grandes. Segundo o Censo de 2022, o Brasil possui 3.935 municípios com até 20.000 habitantes. Apesar disso, é bastante expressivo o fato de 29% da população brasileira residir em municípios com mais de 500 mil habitantes, como São Paulo, a 6ª cidade mais populosa do mundo, com 11.895.893 habitantes. Por outro lado, os municípios médios, que funcionam como polos regionais e atraem população em busca de oportunidades e de qualidade de vida, são os que mais crescem e abrigam 28% da população.

2) **Diversidade de integração à rede urbana:**

Mafra tem sua história unida à de Rio Negro, onde suas áreas urbanas estão interligadas. É limítrofe ao estado de Paraná, através do rio Negro, tendo sua sede integrada à cidade vizinha de Rio Negro, formando um aglomerado urbano de cerca de 90 000 habitantes; fenômeno típico de cidades irmãs, localizadas em margens opostas nos pontos de travessia de rios de grande porte, apresentando uma simbiose no relacionamento socioeconômico, comportando-se como uma cidade única.

O município de Mafra é um importante entroncamento rodoferroviário na região, servida pela BR-116, BR-280 e pelas ferrovias Linha São Francisco e Tronco Principal Sul da Antiga RFFSA, hoje concessionada à RUMO.

Mafra participa consórcios dentre eles dois que impactam na estrutura administrativa e urbanística:

1) **CODEPLAN**: O Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, tem por objetivo geral o compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados.

   Consórcio multifinalitário que hoje atende na área de licenciamento ambiental, entre os 10 municípios da Amplanorte.

2) **CIMU:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE MAFRA E RIO NEGRO-Transporte Coletivo.

Mafra pertence a Região Metropolitana de Joinville e sofre impactos por ser cidade irmã de Rio Negro da Região Metropolitana de Curitiba.

3) **Diversidade demográfica: DADOS DE MAFRA (Vídeo)**

4) **Diversidade econômica: DADOS DE MAFRA (Vídeo)**

5) **Diversidade de patrimônio histórico-cultural: (Vídeo)**

6) **Diversidades ambientais e climáticas:**

O município de Mafra, localizado no planalto norte de Santa Catarina, apresenta uma diversidade ambiental e climática significativa, que influencia diretamente tanto seu desenvolvimento urbano quanto sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. Com paisagens que vão de áreas urbanizadas a zonas rurais, vales, rios e regiões de mata nativa, Mafra convive com diferentes microclimas e condições ambientais que exigem atenção especial do poder público e da sociedade.

Diante das mudanças no clima global, alguns setores e regiões do município mostram-se mais vulneráveis que outros. As áreas baixas e alagáveis, próximas a rios como o Rio Negro, por exemplo, são mais suscetíveis a enchentes, enquanto encostas e áreas com vegetação degradada correm risco de deslizamentos de terra.

Além disso, o aumento na frequência de eventos extremos, como ondas de calor e tempestades intensas, reforça a necessidade de ações integradas de adaptação e mitigação.

Em contrapartida, existem áreas e comunidades mais resilientes, menos expostas e com maior capacidade de resposta a esses impactos. Essa resiliência está relacionada a diversos fatores, como o uso sustentável do solo, a conservação ambiental e a existência de infraestrutura adequada para drenagem urbana e contenção de riscos.

O planejamento urbano de Mafra deve, portanto, incorporar medidas preventivas e sustentáveis,

considerando a proteção das áreas naturais e a requalificação de espaços urbanos. A criação de zonas de amortecimento, a manutenção de áreas verdes, a gestão eficiente dos recursos hídricos e o fortalecimento da consciência ambiental da população são estratégias fundamentais para reduzir os impactos das mudanças climáticas e garantir um futuro mais seguro para todos os moradores.

Reconhecer as diversidades ambientais e climáticas do município é o primeiro passo para promover um desenvolvimento mais equilibrado, justo e preparado para os desafios do clima.

7) **Dificuldade histórica de acesso à terra e à moradia pelas populações mais pobres**

Mafra hoje, tem demanda reprimida no cadastro habitacional de **1.405 famílias**, sendo destes 78 cadastros realizados por famílias que foram afetadas pela enchente, dentre eles 21 possuem encaminhamento da assistência social, 81 de área rural que querem aderir ao programa urbano e 13 de famílias indígenas.

Ainda das famílias do cadastros 1.263 são famílias com renda até 2.850 reais que se enquadram na faixa 01.

O total de cadastros destinados a programas habitacionais para Área Rural é de 123. Destas, 105 famílias com renda até 2.850 reais, Faixa I.

Com relação aos recursos disponibilizados, Mafra de 2021 para 2025 teve um aumento percentual significativo, com previsão de ampliação de mais 1 milhão de reais para atendimento do MCMV Rural.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

https://mafra.sc.gov.br/?s=Minha+Casa+Minha+Vida PASSADO

https://mafra.sc.gov.br/?s=Minha+Casa+Minha+Vida+Rural RURAL

Programa Minha Casa Minha Vida Rural 21 unidades, R$ 2.647.421,90 (dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa centavos)

https://mafra.sc.gov.br/mafra-vai-contar-com-mais-120-unidades-habitacionais/ URBANO
Programa Minha Casa Minha Vida com 120 unidades (Condomínio Vivaldo Herbst) R$ 18.500 milhões de reais.

Foram atualizadas a Lei Municipal 4.645/2023 Sistema Municipal de Habitação em compondo (conselho, plano, fundo), o Decreto Municipal 5.094/2023, Programa de Repactuação Contratual e Resoluções do Conselho Municipal de Habitação, que está em pleno funcionamento, contudo, o Plano Municipal de Habitação está defasado.

Equipe atuando no Departamento de Habitação

01 assistente administrativo

01 assistente social

01 psicólogo

02 estagiários

02 servidores comissionados

Desafios:

Ampliação e captação de recursos

Revisão do Plano Municipal de Habitação

Ampliação de equipe

Informatização de procedimentos

Banco de terrenos para receber projetos habitacionais de acordo com as exigências dos programas

Revisão do Plano Municipal de Habitação

Local próprio para o atendimento da Política Habitacional

Estabelecer metas de investimento municipal para a produção de novas habitações e equacionamento do déficit habitacional, voltadas principalmente ao atendimento de famílias com renda de até 3 salários mínimos e Fortalecer a gestão da política habitacional, incluindo o planejamento orçamentário e financeiro

Constituir órgão específico para a gestão da política habitacional e de Regularização Fundiária

8) **Problemas Fundiários**

O município de Mafra iniciou em 2022 o atendimento à Lei 13.465/17 que Dispõe sobre a Regularização Fundiária Rural e Urbana, sistematizando o processo administrativo e criando a Comissão de Regularização Fundiária no Município, desde então, foram e estão sendo executadas as seguintes ações:

- 05 matrículas emitidas com REURB titulatória https://diarioderiomafra.com.br/Publicacao.aspx?id=398841 Matéria

- 05 matrículas emitidas por processo administrativo complexo Atendimento ao TAC com o MP Nui Lisete Wichineski.

- 17 protocolos em operação com 360 lotes sendo regularizados

- 13 processos de instauração com 13 núcleos classificados

- 18 processos sendo acompanhados pelo Ministério Público e Procuradoria Municipal

- Realizado credenciamento de empresas aptas a realizar a regularização fundiária de 13 núcleos sob responsabilidade do município

- Comissão de regularização fundiária em operação e treinada (03 cursos e participação em eventos do CORE/SC)

- Processo administrativo de avaliações dos projetos consolidado

- Decreto 5.095/2023 e Portarias da Comissão de Regularização Fundiária implementados

Equipe atuando na Comissão de Regularização Fundiária

01 Coordenador (Diretoria de Habitação)

01 Arquiteta

01 Assistente Social

01 Engenheiro Florestal

01 Funcionário Efetivo (Notificações).

Desafios

Estruturar Plano Municipal de Regularização Fundiária no município

Dar continuidade na regularização dos imóveis públicos

Regular recursos a serem aportados para Regularização Fundiária

Captar Recursos de Programas Federais e Estaduais

Implantar taxa de análise Projeto REURB

Adquirir sistema informatizado para arquivo dos processos, emissão de relatórios e emissão de protocolos, e acompanhamento dos processo on line

9) **Ausência ou ineficiência dos sistemas de transporte e mobilidade urbana**:

Mafra, juntamente com Rio Negro formaram um Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana (CIMU), para operar serviço de transporte público responsável pelas rotas de ônibus de Mafra e Rio Negro.

O (CIMU) tem 4 rotas de ônibus em Mafra e Rio Negro e 176 paradas de ônibus.As rotas de ônibus cobrem a área desde a estação São Lourenço até a estação Rua Francisco Fischer, 09 e da estação Rua Francisco Fischer, 09 até a estação localizada próxima a loja de material de construção Elaine.

https://mafra.sc.gov.br/governo/pagina-46515/

Horários disponíveis das linhas.

Quanto ao Plano de Mobilidade Urbana, Mafra ainda não conseguiu finalizar a elaboração do seu plano, porém, encontra-se em construção em conjunto com o município de Rio Negro, sendo realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana (CIMU).

O Plano de Mobilidade Urbana (PMU), que deve ser realizado baseado na Lei de Mobilidade Urbana, Lei Federal nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, é um instrumento de planejamento que orienta as ações e investimentos em mobilidade urbana de um município, abrangendo transporte público, circulação viária, infraestrutura, acessibilidade e muito mais. É um documento que visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, otimizar o uso do espaço urbano e promover a sustentabilidade.

Mas, mesmo com a ausência do Plano de Mobilidade Urbana, estamos a todo vapor nas pavimentações urbanas, onde já foram executados os binários nos bairros Jardim América e Vila Nova, as pavimentações das Rua Santa Cruz e João Matheus Leick e o novo eixo Vila Nova - São Lourenço com a pavimentação da Rua Germano Neundorf, desviando o trânsito dos veículos pesados.

No geral, possuímos aproximadamente 4.500 ruas, sendo que até o ano de 2020, tínhamos pavimentadas 33% das vias.

No início deste ano, já atingimos um percentual de 50% das vias pavimentadas. Muitas das ruas pavimentadas estão sendo contempladas com calçadas acessíveis, mas na maioria temos um desafio muito grande. Devido a nossa topografia, nem sempre conseguimos conciliar o traçado da via, com as edificações já existentes, dificultando a execução de calçadas com acessibilidade, além dos recursos financeiros que muitas vezes impedem a construção. Esse desafio também abrange as ciclofaixas, pela resistência dos proprietários que nem sempre aceitam esses espaços em frente aos seus lotes.

Outra ação que o município está trabalhando é o Estacionamento rotativo, sendo uma solicitação antiga da população e comércio local.

10) **Deficiências nos serviços de saneamento básico-**

De acordo com dados da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Mafra, na sua área urbana, possui cobertura de 99% no abastecimento de água potável, ficando 1% representada pelas unidades que fazem uso de água de poço.

Quanto à rede municipal de esgotamento sanitário, Mafra possui cobertura de aproximadamente 20%, e tem planejamento para dar continuidade da rede coletiva e também infere-se que cabe ao proprietário do imóvel construir sistema individual de tratamento.

Referente à drenagem pluvial urbana, o município possui, com base nas 4.500 ruas do perímetro urbano, um pouco mais de 50% das vias com rede executada. A drenagem pluvial auxilia no controle das águas da chuva, com o objetivo de minimizar problemas como enchentes e alagamentos.

Em relação à coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, inclusive com a coleta seletiva em área urbana e rural, o serviço é realizado pela Empresa Seluma - Serviços de Limpeza Urbana de Mafra Ltda, que atua sob regime de concessão desde o ano de 2003.

11) **Plano Diretor e Desigualdade Socioespacial**-

No ano de 2022, foi realizada a Revisão do Plano Diretor do município, onde foram discutidos o Ordenamento Territorial, definindo o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário do Perímetro Urbano, através da Lei nº 86/2022.

O zoneamento municipal é um instrumento fundamental do planejamento urbano, utilizado para regular o uso e ocupação do solo, promovendo um desenvolvimento mais ordenado e sustentável. A elaboração do zoneamento municipal, busca integrar as demandas da população e das partes

interessadas na gestão do espaço urbano.

Mesmo sendo uma lei revisada recentemente, no dia 16/05/2025 será realizado audiência pública para discussão de proposta de alteração, em virtude de alguns pontos que dificultam o desenvolvimento do município.

12) **Gestão e Financiamento das Políticas Urbanas-**

Como vimos, todos os municípios da federação devem constituir seus Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano, com Conselho, Plano e Fundo instituídos, vamos ver como está organizado o município de Mafra.

CONTROLE SOCIAL

Conferência Municipal da Cidade: Capítulo VIII da LEI COMPLEMENTAR N° 086 Plano Diretor, SUBSEÇÃO I.

Conselho Municipal da Cidade (integrando os Conselhos de Habitação, de Desenvolvimento Urbano, Saneamento, Mobilidade e outros correlatos);

- Conselho Superior De Mafra (Conselho da Cidade):

Instituído no Capítulo VIII, da Lei Complementar N° 086 Plano Diretor, Subseção II.

Decreto Nº 5.312, De 18 De Outubro De 2023- Regulamenta o Conselho.

Portaria No 571/24 em 15.05.2024: Nomeação do Conselho

Início das atividades em 2024

Ausência de participação social e espaços democráticos a partir dos interesses coletivos, agravada pela insuficiência de espaços institucionais de participação e de uma cultura cívica e associativa enfraquecida.

PLANEJAMENTO

Capítulo VIII, da LEI COMPLEMENTAR N° 086 Plano Diretor, SEÇÃO I.

A aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade se dá por meio dos planos diretores e demais legislações municipais da política urbana, a PNDU deve ter como uma das suas principais diretrizes a realização de campanhas visando ao aprimoramento dos Planos Diretores Participativos. Deve ser dada especial atenção aos processos de revisão dessas leis, criando programas que capacitem os técnicos e gestores locais na efetivação dos instrumentos adotados.

PLANOS

Plano Diretor (atualizado)

Plano de Mobilidade (em elaboração)

Plano de Habitação (defasado)

Plano de Regularização Fundiária (não temos)

Plano de Saneamento Básico (audiência pública dia 30 de abril)

Plano de Adaptação às Alterações Climáticas (em elaboração)

Plano de Contingência (atualizado)

FUNDO

Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local

A mobilização de recursos financeiros é um dos principais desafios para a implementação do escopo programático da PNDU. Diferentes fontes e mecanismos devem ser acionados para essa finalidade. Um dos mecanismos já destacados é a utilização de instrumentos de financiamento ligados à captura e distribuição de mais-valias urbanas. Esse mecanismo somente pode ser viabilizado pelos municípios, por meio da elaboração de planos diretores. A capacitação e assistência técnica são formas de apoio necessárias para alavancar essa estratégia no nível local.

É preciso considerar que:

(1) as dinâmicas imobiliárias suficientes para gerar recursos por esse mecanismo;

(2) os recursos provenientes desse mecanismo não dão conta das demandas urbanas.

O contexto de crise fiscal alcança praticamente todos os entes da Federação. Assim, outras possibilidades precisam ser levantadas e cruzadas com a tipologia do município e da cidade com os PROGRAMAS adotados pelo o PNDU, para que os apoios e as estratégias sejam consistentes com as capacidades e as demandas municipais viabilizados através de acesso a recursos por meio de editais e parcerias.

Nesse sentido, é preciso pensar o financiamento do desenvolvimento urbano nas seguintes frentes:

(1) mecanismos fiscais e extrafiscais de âmbito local;

(2) captação de recursos onerosos e não onerosos;

(3) consórcios, parcerias interinstitucionais e parcerias público-privadas; e

(4) formas inovadoras de financiamento do desenvolvimento urbano.

(4) soluções digitais devem aumentar a eficácia e a efetividade desses instrumentos.

Para os próximos anos, a Política Nacional deve priorizar, por meio da produção de subsídios e de editais de financiamento aos municípios, campanhas voltadas para a adoção das seguintes políticas pelos planos diretores:

- ➔ acesso à terra urbanizada e bem estruturada;
- ➔ requalificação das áreas centrais;
- ➔ efetivação do parcelamento, edificação ou utilização compulsória (PEUC) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo visando ao combate à especulação imobiliária;
- ➔ promoção de instrumentos públicos inovadores de acesso coletivo à terra urbanizada, entre os quais o direito de superfície e o Termo Territorial Coletivo (TTC);
- ➔ integração das políticas urbanas de regularização fundiária, de habitação, de mobilidade e de saneamento ambiental;
- ➔ políticas de prevenção de risco e adaptação climática; e
- ➔ capacitação para o planejamento urbano participativo das comunidades. Isso é importante para que o planejamento não seja mais uma prática tecnocrática, o que requer o

permanente acesso à informação, de forma que a população possa realmente exercer o controle social do planejamento e da gestão urbana.

A Captação de Recursos e o PNDU devem estar articulados às definições previstas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, em relação aos programas afetos ao Ministério das Cidades.

O art 3º do PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802, 10 de janeiro de 2024) estabelece seis prioridades da administração pública federal, incluídas aquelas advindas do processo de participação social na elaboração do PPA 2024-2027: I - combate à fome e redução das desigualdades; II - educação básica; III - saúde: atenção primária e atenção especializada; IV - Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; V - neo industrialização, trabalho, emprego e renda; e VI - combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climáticas.

O Programa Cidades Melhores (5601) tem como objetivo geral: Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.

O Programa Moradia Digna (2320) tem como objetivo geral Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

O Programa Periferia Viva (5602) tem como objetivo geral Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITACIONAL DE FAVELAS

O Programa Saneamento Básico (2322) tem como **o**bjetivo geral: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade.

O Programa Mobilidade Urbana (2319) tem como objetivo geral: Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

O Programa Gestão de Riscos e Desastres (2318) tem como objetivo geral reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres.

13) Transformação digital do território e Inclusão tecnológica:

O município de Mafra tem avançado de forma estratégica na transformação digital do seu território, com foco em tornar a gestão pública mais eficiente, transparente e acessível à população.

Entre as principais ações em andamento, destacam-se:

- Digitalização de processos e serviços municipais, com plataformas online para protocolos,

tributos, saúde e educação;

- Implantação de painéis de dados e sistemas de georreferenciamento para planejamento urbano e gestão de infraestrutura;
- Programas de capacitação em inclusão digital voltados a estudantes, idosos, agricultores e microempreendedores;
- Parcerias com universidades e instituições tecnológicas para inovação em políticas públicas.

A inclusão tecnológica em Mafra é tratada como eixo estruturante de desenvolvimento, reduzindo desigualdades territoriais e promovendo acesso pleno à cidadania digital.

Seguimos comprometidos com uma cidade mais inteligente, sustentável e centrada nas pessoas, onde a tecnologia é ferramenta de transformação social e territorial.

A transformação digital do território é um processo amplo que visa modernizar e otimizar a gestão territorial através do uso de tecnologias digitais.

Um dos pontos - Digitalização de serviços públicos: Criação de canais digitais para acesso a serviços públicos, para facilitar o acesso e reduzir a burocracia.

https://mafra.sc.gov.br/ - Site da Prefeitura de Mafra

https://mafra.sc.gov.br/cartas-filtro/ - Cartas e serviços

https://mafra.prefeituras.net/ - Aprovações de projetos/ Alvará de construção

https://sinfatmunicipal.ciga.sc.gov.br/login - Licenças ambientais municipais

Sistemas de informação geoespaciais (SIG): Utilização de mapas e dados geoespaciais para gestão territorial, planejamento urbano, monitoramento ambiental, etc;

https://mafra.ctmgeo.com.br:10085/geo-view/index.ctm - Sistema de Mapeamento

Uso de dados para tomada de decisão: Análise de dados para identificar tendências, problemas e oportunidades, e para tomar decisões mais informadas em diversas áreas.

Desafio

Inclusão digital: Promover o acesso à tecnologia e à internet para todos os cidadãos, garantindo que ninguém seja deixado para trás no processo de transformação digital.

Expansão da conectividade em espaços públicos e áreas com baixo acesso à internet.

14) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas -

As emergências climáticas são uma realidade cada vez mais presente no cotidiano das cidades, exigindo ações urgentes e coordenadas em prol da sustentabilidade ambiental. O aquecimento global tem intensificado eventos climáticos extremos, como enxurradas, inundações, deslizamentos de terra, secas prolongadas, ondas de calor e desequilíbrios hídricos, que comprometem diretamente a qualidade de vida da população.

O município de Mafra, enfrenta desafios significativos relacionados às emergências climáticas, que impactam diretamente a qualidade de vida da população e a sustentabilidade ambiental local. Eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, enchentes, deslizamentos de terra e secas prolongadas, têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos na região. A instabilidade climática afeta a produção agrícola, a infraestrutura urbana e a segurança das comunidades, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social. As mudanças climáticas não apenas impactam o meio ambiente, mas também agravam desigualdades históricas e colocam em risco tanto bens materiais quanto o patrimônio cultural e imaterial de grupos e comunidades.

Esses eventos evidenciam a necessidade urgente de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, com foco na proteção de áreas vulneráveis, como zonas alagáveis e encostas suscetíveis a deslizamentos. O planejamento urbano deve priorizar a implementação de infraestrutura resiliente, como sistemas de drenagem eficientes e áreas verdes que funcionem como barreiras naturais contra inundações.

A adaptação às mudanças climáticas não é apenas uma questão ambiental, mas também social e econômica. As populações mais vulneráveis, como aquelas em áreas de risco, enfrentam maiores dificuldades para se recuperar dos impactos desses eventos. Portanto, é essencial promover políticas públicas que integrem ações de prevenção, educação ambiental e fortalecimento da resiliência comunitária.

No município de Mafra, a elaboração do plano de adaptação climática será alinhada às diretrizes trazidas pela Lei nº14.904/2024, além de atender às demais normas locais e pertinentes, incluindo a Lei Complementar nº 100, de 10 de maio de 2024, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente e o Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) de Mafra, que orienta a preparação e resposta a desastres naturais e emergências climáticas

O Plano define prioridades, busca promover a integração entre soluções baseadas na natureza e políticas públicas, com foco nos seguintes pontos: • Avaliação dos riscos e vulnerabilidades climáticas nas áreas críticas; • Proposição de medidas de adaptação e resiliência em setores prioritários, como recursos hídricos, saúde, infraestrutura e biodiversidade; • Estabelecimento de estratégias de monitoramento contínuo e indicadores de avaliação; e • Envolvimento multissetorial e estabelecimento de diretrizes para identificar e parcerias que possam garantir a viabilidade técnica e financeira.

O Tema Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares, Racismo territorial, foi abordado pelo Tenente-Coronel Sasinski - Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar de Mafra.

Após intervalo o retorno se deu às 13:15 hs com a recepção dos participantes teve início às inscrições dos candidatos a delegados que participarão da conferência estadual e formação dos grupos que discutiram sobre os eixos temáticos e apresentaram as propostas na plenária para consolidação, com aprovação unânime conforme segue abaixo:

REGISTRO DOS RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

EIXO 01: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.

EIXO 01: TEMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

PROPOSTA UNIÃO
Ampliar o volume de crédito habitacional com expansão das linhas de crédito voltadas à habitação de interesse social, incluindo nos programas, projetos que desestimulem a segregação por condomínios, ampliem as oportunidades para os povos indígenas, promovam a revitalização de áreas desocupadas, além de implementar processos e operações mais desburocratizadas.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Ampliar o volume de crédito habitacional com expansão das linhas de crédito voltadas à habitação de interesse social, incluindo nos programas, projetos que desestimulem a segregação por condomínios, ampliem as oportunidades para os povos indígenas, promovam a revitalização de áreas desocupadas, além de implementar processos e operações mais desburocratizadas. Garantir infraestrutura básica (água, energia, esgoto e lixo) nas áreas de moradia popular. Fomentar a pavimentação e a acessibilidade urbana nas regiões periféricas. Apoiar os municípios com recursos e parcerias para obras de urbanização. Promover projetos de educação urbana e ambiental contínua, fortalecendo a cidadania e o uso consciente do espaço urbano, com a participação ativa da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e sociedade civil organizada. Apoiar e financiar iniciativas culturais locais com acesso democrático e valorização das identidades comunitárias. Criar espaços educativos e culturais em áreas vulneráveis, integrando arte, memória e participação social. Realizar mapeamento contínuo das áreas com maior déficit habitacional e vulnerabilidade social. Implementar ações de desenvolvimento econômico local para gerar emprego e renda nas regiões com déficit habitacional. Implementar programa que subsidie reformas ou novas unidades para famílias que residem em área de risco em terreno próprio.

PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Ampliar o volume de crédito habitacional com expansão das linhas de crédito voltadas à habitação de interesse social, incluindo nos programas, projetos que desestimulem a segregação por condomínios, ampliem as oportunidades para os povos indígenas, promovam a revitalização de áreas desocupadas, além de implementar processos e operações mais desburocratizadas. Garantir infraestrutura básica (água, energia, esgoto e lixo) nas áreas de moradia popular. Fomentar a pavimentação e a acessibilidade urbana nas regiões periféricas. Promover projetos de educação urbana e ambiental contínua, fortalecendo a cidadania e o uso consciente do espaço urbano, com a participação ativa da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e sociedade civil organizada. Apoiar e financiar iniciativas culturais locais com acesso democrático e valorização das identidades comunitárias. Criar espaços educativos e culturais em áreas vulneráveis, integrando arte, memória e participação social. Realizar mapeamento contínuo das áreas com maior déficit habitacional e vulnerabilidade social. Implementar ações de desenvolvimento econômico local para gerar emprego e renda nas regiões com déficit habitacional. Implementar programa que subsidie reformas ou novas unidades para famílias que residem em área de risco em terreno próprio.

EIXO 01: TEMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PROPOSTA UNIÃO
Desburocratizar processos de cessão de áreas subutilizadas pela União, facilitando seu uso pelos municípios para projetos de habitação e desenvolvimento urbano, promovendo a revitalização dessas áreas com a participação das comunidades locais e o apoio técnico das prefeituras.
PROPOSTAS PARA O ESTADO

Promover a articulação entre os governos federal, estadual e municipal, criando um mecanismo único para a transferência de imóveis do Estado para execução de projetos urbanos.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Realizar levantamentos contínuos das áreas subutilizadas pela União, e Estado. Elaborar projetos de regularização focados em habitação, infraestrutura e espaços públicos. Estabelecer processo simplificado e transparente para a cessão de áreas do município, com apoio técnico e jurídico.

EIXO 01: TEMA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

PROPOSTA UNIÃO
Ampliar os recursos destinados à implantação de saneamento básico, garantindo que as metas do ODS 6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6) sejam cumpridas até 2030.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Ampliar a participação da concessionária no apoio aos municípios para a implementação e gestão de sistemas de saneamento básico, incluindo fornecimento de água potável, tratamento de esgoto e manejo de resíduos sólidos. Fomentar parcerias estratégicas para otimizar os recursos e melhorar a eficiência na operação desses serviços essenciais, garantindo acesso universal e de qualidade para todas as comunidades. Fortalecer o suporte técnico e financeiro da concessionária para a expansão e manutenção das infraestruturas, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade social e nas zonas rurais. Fomentar parcerias entre o município, governos estaduais e a concessionária de saneamento para implementar soluções de infraestrutura nas comunidades de maior vulnerabilidade social. Ampliar repasse de recursos para implementar a política pública.

PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Propor, através do município, a regularização hidrossanitária das áreas de interesse social, garantindo acesso adequado a serviços essenciais como água potável, esgoto tratado e manejo de resíduos sólidos, através de projetos padrões. Criar ecopontos em diversas regiões da cidade para promover a troca de resíduos sólidos recicláveis por mercadorias, incentivando a reciclagem e o consumo responsável. Realizar o desassoreamento completo das bacias hidrográficas do município, visando melhorar a qualidade da água, aumentar a capacidade de escoamento e prevenir enchentes. Implementar um plano contínuo de manutenção das bacias, com o monitoramento e remoção de sedimentos e detritos, promovendo a recuperação ambiental e a preservação dos recursos hídricos. Estabelecer parcerias com órgãos ambientais e entidades locais para garantir que as intervenções no desassoreamento respeitem os princípios da sustentabilidade e a biodiversidade das áreas afetadas. Estabelecer um pacto contínuo no Município para a implementação das propostas de infraestrutura urbana e saneamento básico.

EIXO 01: TEMA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA

PROPOSTA UNIÃO
Promover estudo contínuo e a implementação de novas ferramentas de mobilidade urbana e interestaduais (trem de média e alta velocidade, metrô, transportes aéreos regionais), bem como, soluções de infraestrutura nos entroncamentos entre rodovias federais e estradas municipais, com foco em pontos críticos, incluindo a construção de obras de arte (viadutos), envolvendo a colaboração ativa dos Ministérios da Infraestrutura e viabilizando economicamente os projetos municipais.
PROPOSTAS PARA O ESTADO

Estabelecer mecanismos de financiamento estadual para apoiar ações de mobilidade urbana nos municípios, priorizando projetos que promovam acessibilidade, integração dos modais de transporte e melhoria da infraestrutura viária local.

Promover estudo contínuo e a implementação de novas ferramentas de mobilidade urbana e interestaduais (trem de média e alta velocidade, metrô, transportes aéreos regionais), bem como, soluções de infraestrutura nos entroncamentos entre rodovias federais e estradas municipais, com foco em pontos críticos, incluindo a construção de obras de arte (viadutos), envolvendo a colaboração ativa dos Ministérios da Infraestrutura e viabilizando economicamente os projetos municipais.

PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Promover estudo técnico especializado e contínuo para diagnosticar e propor melhorias na mobilidade urbana, com foco em soluções integradas de transporte, infraestrutura viária e acessibilidade universal. Potencializar a utilização do CIMU.

REGISTRO DOS RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

EIXO 02: Gestão Estratégica e Financiamento.

EIXO 02: GESTÃO INTERFEDERATIVA/ CONSÓRCIOS/REGIÃO METROPOLITANAS

PROPOSTA UNIÃO
Promover a governança colaborativa na gestão territorial com a adoção de consórcios públicos e convênios de cooperação que permitam a partilha de políticas, serviços, conhecimentos e tecnologia, buscando a qualificação de mais pessoas com a criação de programa de fortalecimento de capacidades institucionais (apoio técnico) para o planejamento socioterritorial integrado e para a cooperação interfederativa.

PROPOSTAS PARA O ESTADO
Promover políticas voltadas para as metrópoles, em sintonia com o Estatuto das Metrópoles, prevendo que estado e municípios possam aderir a diferentes níveis de articulação promovendo programa de fortalecimento de capacidades institucionais (apoio técnico) para o planejamento socioterritorial integrado e para a cooperação interfederativa.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Criar programa de fortalecimento de capacidades institucionais (apoio técnico) para o planejamento socioterritorial integrado e para a cooperação interfederativa. Abertura de linhas de financiamento voltadas à promoção de projetos de interesse comum.

EIXO 02: CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

PROPOSTA UNIÃO
Fortalecer o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), com o aprimoramento da sua atual configuração a partir da avaliação do seu funcionamento desde a sua criação.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Constituir, dentro do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Sistema Estadual de Desenvolvimento Urbano e a rede dos Conselhos das Cidades, com incentivo à instituição ou adaptação de conselho estadual e municipais das cidades ou temas afins, para a consolidação da PNDU. Criar programa de fortalecimento de capacidades institucionais (apoio técnico) para os conselhos das cidades.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Criar instâncias cogestoras nos projetos federais implantados nos territórios (controle e participação nas decisões sobre planos, projetos, execução e no pós-obras e serviços). Essas instâncias devem ser compostas pelos sujeitos e agentes coletivos que atuam nos territórios (entidades comunitárias, movimentos sociais, ONGs), incluindo assessoria técnica.

EIXO 02: TEMA SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SNDU)

PROPOSTA UNIÃO
Assegurar a realização das Conferências das Cidades a cada 04 anos, com discussões em fóruns a cada 02 anos para conferir o andamento dos encaminhamentos tomados nas conferências em âmbito dos Conselhos Municipais da Cidade, integrando os Conselhos de Habitação, de Desenvolvimento Urbano, Saneamento, Mobilidade e outros correlatos.

PROPOSTAS PARA O ESTADO
Assegurar a realização das Conferências das Cidades a cada 04 anos, com discussões em fóruns a cada 02 anos para conferir o andamento dos encaminhamentos tomados nas conferências em âmbito dos Conselhos Municipais da Cidade, integrando os Conselhos de Habitação, de Desenvolvimento Urbano, Saneamento, Mobilidade e outros correlatos.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Assegurar a realização das Conferências das Cidades a cada 04 anos, com discussões em fóruns a cada 02 anos para conferir o andamento dos encaminhamentos tomados nas conferências em âmbito do Conselho Municipal da Cidade, integrando os Conselhos de Habitação, de Desenvolvimento Urbano, Saneamento, Mobilidade e outros correlatos.

EIXO 02: TEMA FINANCIAMENTO DA PNDU: MECANISMOS FISCAIS E EXTRAFISCAIS DE ÂMBITO LOCAL

PROPOSTA UNIÃO
Criar Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, para fomento das políticas públicas desenvolvidas nos municípios, contribuindo também na discussão sobre a revisão do Pacto Federativo, impulsionando a aplicação dos recursos pactuados.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital. Criar Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, para fomento das políticas públicas desenvolvidas nos municípios e no Estado
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital. Aprimorar consórcios, parcerias interinstitucionais e parcerias público-privadas. Criar Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, para fomento das políticas públicas urbanas desenvolvidas no município.

EIXO 03: Grandes Temas Transversais

EIXO 03: TEMA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

PROPOSTA UNIÃO
Criar plano de incentivo para que a população em geral tenha acesso a políticas de energias sustentáveis e compensação de crédito de carbono (Ex.: créditos; taxas de juros reduzidas).
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Criar políticas de incentivo, assegurando recursos, para que o estado implemente planos de drenagem urbana.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
1. Intervenção para retirada das famílias de áreas de risco (áreas ribeirinhas); 2. Plano para ocupação das áreas de risco com criação de projetos de praças públicas e recuperação das áreas verdes (criação de parques públicos); 3. Plano de incentivo para recuperação de APPs; 4. Plano de incentivo para a utilização de cisterna e placas solares (energia sustentável), para divulgação da informação; e 5. Divulgar/difundir a informação de educação ambiental para toda a população.

EIXO 03: TEMA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E TERRITÓRIO

PROPOSTA UNIÃO
1. Ampliar cobertura de telefonia e internet em áreas de sombras.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
1. Incentivar que todos os órgãos utilizem interfaces digitais de aplicativos para maior facilidade de acesso aos serviços oferecidos.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO

1. Centralizar os serviços oferecidos em um só aplicativo;
2. Promover o acesso a internet em localidades da área rural do município.

EIXO 03: TEMA SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES

PROPOSTA UNIÃO
1. Reformular a política de encarceramento para pessoas que cometem crimes, garantindo que todos que cometem crimes cumpram suas penas e de fato sejam ressocializadas. (ex: presídios industriais)
PROPOSTAS PARA O ESTADO
1. Reformular a política de encarceramento para pessoas que cometem crimes, garantindo que todos que cometem crimes cumpram suas penas e de fato sejam ressocializadas. (ex: presídios industriais) 2. Aumentar o número de vagas em presídios; 3. Aumentar do efetivo da polícia militar; 4. Efetivar convênio entre os presídios e empresas privadas para incentivo de inserção no mercado de trabalho.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
1. Incentivar a parceria com órgãos de segurança; 2. Implantar câmeras de videomonitoramento; 3. Intensificar programas educacionais de prevenção e combate às violências; 4. Efetivar convênio entre os presídios e empresas privadas para incentivo de inserção no mercado de trabalho.

Em seguida aconteceu a eleição dos delegados titulares e suplentes para representação na 6ª Conferência Estadual das Cidades conforme segue tabela e às 18:00hs foi encerrada a 7ª Conferência Municipal de Mafra.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA CONFERÊNCIA ESTADUAL

DATA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL: 19-20-21 de agosto de 2025

LOCAL: FLORIANÓPOLIS

Regras para Eleição

1-Candidato mais votado (titular)

2-Se empate: acordo entre os mais votados, o outro pode assumir a suplência

3-Se não tiver acordo, os candidatos mais velhos têm precedência

4-Sorteio

TITULARES

SEGMENTOS	**ENTIDADE**	**NOME**
Gestores Públicos	**Prefeitura Municipal**	**Cristiano Aparecido Popenda**
Gestores Públicos	**Prefeitura Municipal**	**Valéria Grossl Mendes da Silva**
Gestores Públicos	**Câmara de Vereadores**	**Dircelene Dittrich Pinto**
Movimentos Populares	**Associação de Moradores da Vila Nova**	**Joel Kogi**
Entidades Empresariais	**Corretores**	**Lourival de Sá Ribas Junior**
Entidades Profissionais e acadêmicas ou ONG	**Clube Ecológico Canforeira**	**Mirian Clara Schloegl**

SUPLENTES

SEGMENTOS	ENTIDADE	NOME
Gestores Públicos	**Instituto de Previdência de Mafra**	**Issari Inara Bussmann de Oliveira**
Gestores Públicos	**Instituto de Previdência de Mafra**	**Terezinha Wisnievski**

É o relato.

Mafra, 06 de maio de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA 7ª CONFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/SC